

CARTOGRAFIA SOCIAL E QUILOMBOS PESQUEIROS NO BAIXO RIO SÃO FRANCISCO: O CASO DA COMUNIDADE BONGUE, ILHA DAS FLORES, SERGIPE

SOCIAL CARTOGRAPHY AND FISHING QUILOMBOS IN LOW PORTION OF SÃO FRANCISCO RIVER: THE CASE OF THE BONGUE COMMUNITY, ILHA DAS FLORES, SERGIPE.

CARTOGRAFÍA SOCIAL Y PESCA DE QUILOMBOS EN BAIXO RIO SÃO FRANCISCO: EL CASO DE LA COMUNIDAD BONGUE, ILHA DAS FLORES, SERGIPE.

OLIVEIRA, Ticiano Rodrigo Almeida

ALMEIDA, Gênisson Lima de

COSTA, Jailton de Jesus

RESUMO

O foco do presente artigo é discutir a relevância que as relações entre a pesca artesanal e as tradições quilombolas são essenciais para a manutenção das identidades. O objetivo principal deste artigo é analisar a pesca artesanal e sua relação com a cartografia social no município de Ilha das Flores, Sergipe, mais precisamente na comunidade quilombola Bongue. Para alcançar tal objetivo, realizou os seguintes procedimentos metodológicos: encontros com representantes das comunidades, em grupos reduzidos, dado o período de pandemia, para a produção de imagens, peças gráficas, áudios, filmes, narrativas, a fim de produzir uma cartografia das subjetividades na comunidade. Através da construção de mapas e da análise dos relatos, foi possível obter informações sobre o cotidiano da comunidade, a importância da afirmação enquanto comunidade quilombola e como a pesca artesanal sofreu alterações nos últimos anos, especialmente devido ao barramento do Rio São Francisco. Conclui-se que a pesca artesanal atua como vetor econômico, e deve ser valorizada, a fim de que esta alimente não apenas a economia local, mas também a sua cultura, reforçando os processos de reterritorialização e de dupla afirmação identitária: a identidade pesqueira enquanto categoria de trabalho e a identidade quilombola enquanto categoria ancestral.

Palavras-Chave: Hidrotérios. Ancestralidade. Percepção ambiental.

ABSTRACT

The focus of this article is to discuss the relevance that the relations between artisanal fishing and quilombola traditions are essential for the maintenance of identities. The main objective of this article is to analyze artisanal fishing and its relationship with social cartography in the municipality of Ilha das Flores, Sergipe, more precisely in the Bongue quilombola community. To achieve this objective, it carried out the following methodological procedures: meetings with community representatives, in small groups, given the pandemic period, for the production of images, graphic pieces, audios, films, narratives, in order to produce a cartography of subjectivities in the community. Through the construction of maps and the analysis of the reports, it was possible to obtain information about the daily life of the community, the importance of affirmation as a quilombola community and how artisanal fishing has changed in recent years, especially due to the damming of the São Francisco River. It is concluded that artisanal fishing acts as an economic vector, and must be valued, so that it feeds not only the local economy, but also its culture, reinforcing the processes of reterritorialization and double identity affirmation: the fishing identity as category of work and quilombola identity as an ancestral category.

Keywords: Hydro territories. Ancestry. Environmental perception.

RESUMEN

El foco de este artículo es discutir la relevancia de que las relaciones entre la pesca artesanal y las tradiciones quilombolas son esenciales para el mantenimiento de las identidades. El objetivo principal de este artículo es analizar la pesca artesanal y su relación con la cartografía social en el municipio de Ilha das Flores, Sergipe, más precisamente en la

comunidade quilombola Bongue. Para lograr este objetivo, llevó a cabo los siguientes procedimientos metodológicos: encuentros con representantes de la comunidad, en pequeños grupos, dado el período de pandemia, para la producción de imágenes, piezas gráficas, audios, películas, narrativas, con el fin de producir una cartografía de las subjetividades en la comunidad. A través de la construcción de mapas y el análisis de los informes, se pudo obtener información sobre el día a día de la comunidad, la importancia de la afirmación como comunidad quilombola y cómo ha cambiado la pesca artesanal en los últimos años, especialmente por el represamiento de el río San Francisco. Se concluye que la pesca artesanal actúa como vector económico, y debe ser valorizada, para que alimente no solo la economía local, sino también su cultura, reforzando los procesos de reterritorialización y afirmación de la doble identidad: la identidad pesquera como categoría de trabajo y La identidad quilombola como categoría ancestral.

Palabras Clave: Hidroterritorios. Ascendencia. Percepción ambiental.

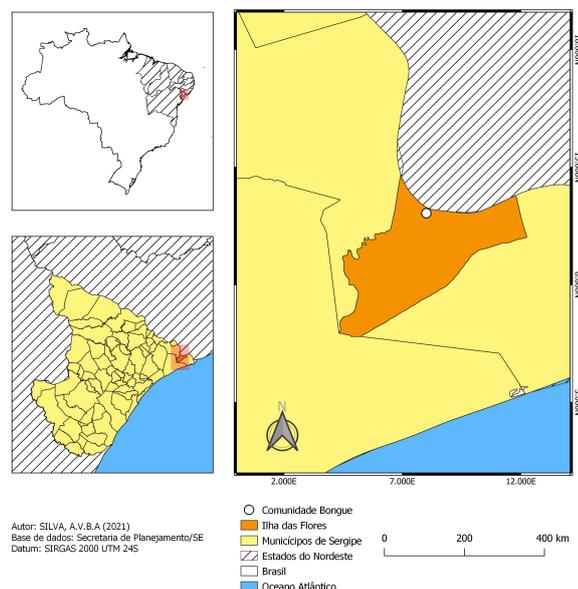
INTRODUÇÃO

Para Silva (2016), a pesca artesanal constitui um desafio epistemológico no que tange ao fazer Geografia. De forma ampla, a atividade da pesca é, antes de tudo, um fenômeno social constituído por sujeitos sociais que perpassam por processos de transformações nas dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e espaciais e que impõe modificações no fazer Geografia, de modo a promover melhor compreensão à existência dos pescadores e pescadoras artesanais no território. O território pesqueiro contempla essas dimensões no bojo das atividades e relações desempenhadas por tais sujeitos com os seus semelhantes.

Por sua vez, a cartografia social traz à tona o verdadeiro diagnóstico acerca da realidade vivenciada pelas comunidades, que se autorreconhecem como quilombolas e pescadores, no território, pois os próprios moradores da comunidade confeccionam os mapas e expõem as particularidades inerentes ao modo de sobrevivência e reprodução em face às potencialidades e limitações, além dos impasses que configuram conflitos, em detrimento às diferentes formas de usos do território.

Com base nessas explanações, este artigo teve como objetivo analisar a pesca artesanal e a percepção da comunidade acerca das mudanças ambientais locais e sua influência na territorialidade e afirmação da identidade, a partir da cartografia social, no município de Ilha das Flores, Sergipe, mais precisamente na comunidade quilombola Bongue (Figura 1). Para alcançar tal objetivo, realizou os seguintes procedimentos metodológicos: encontros com representantes das comunidades, em grupos reduzidos, dado o período de pandemia, para a produção de imagens, peças gráficas, áudios, filmes, narrativas, a fim de produzir uma cartografia das subjetividades na comunidade.

Figura 1: Localização da área de estudo



Fonte: Silva (2021)

Esta pesquisa é de natureza quali-quantitativa e tem como método de abordagem, o pós-estruturalista. É pertinente destacar a importância de se conhecer a perspectiva pós-estruturalista, pois ela esclarece as relações sociais de dominação que vão além dos aspectos econômicos, pois abrangem questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais (CASALI; GONÇALVES, 2018). Este entendimento das relações causa reflexos diretos na sociedade, pois enquanto um grupo social reconhecido como hegemônico estiver exercendo suas relações de poder, outros estarão na condição de oprimidos. A compreensão dessa realidade se faz necessária para que se rompa com a cultura consolidada na sociedade e que resulta em opressão, exclusão e marginalização de grupos sociais.

Com base no método de pesquisa fundamentado na Cartografia Social, compreendida como uma ferramenta vinculada ao planejamento social e sua transformação, utilizada para a investigação-ação-participativa, como foco no desenvolvimento comunitário (LANDIM NETO et al., 2016).

Deste modo, a Cartografia Social integra-se ao processo de planejamento e manejo de territórios numa perspectiva participativa na medida em que estabelece a ligação entre os grupos sociais como o seu território (ACSELRAD, 2008).

Para este autor, a Cartografia Social integra as lutas simbólicas envolvidas no processo de produção cultural da paisagem e de seus elementos materiais. Logo, construir mapas junto às comunidades é essencial para entender as suas dinâmicas, regras de uso e formas de apropriação deste território.

Através da construção de mapas síntese, que represente não apenas os recursos naturais, mas também pontos de conflitos e externalidades à dinâmica territorial, esta metodologia faz-se um instrumento eficaz na elaboração de planos de manejo comunitários, valorização do conhecimento local, compreensão dos sistemas locais de apropriação e demarcação dos territórios tradicionais (SIEBER; ALBUQUERQUE, 2010).

As falas das representações das comunidades foram coletadas a partir de diálogos semi estruturados e com as temáticas discutidas na construção do mapa colaborativo. Dado o período de pandemia vigente, a construção dos mapas sofreu alterações no processo inicialmente proposto, tendo em vista que boa parte das idas a campo se deu com a realização de encontros com uma única liderança local por vez, e esta indicava a próxima liderança a ser entrevistada, na ida posterior a campo.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução, considerações finais e referências. Na primeira seção intitulada "O território e seus aspectos conceituais enquanto categoria de análise" discorreu-se sobre a discussão de território em diferentes abordagens, além das relações de poder evidenciadas pelo jogo de interesse no processo de apropriação. Já na segunda seção intitulada "Pesca artesanal: Desafios de sobrevivência das comunidades pesqueiras e as políticas públicas no Baixo São Francisco" destacaram-se as nuances da atividade pesqueira, considerando as dimensões da sustentabilidade. E, por fim, na última seção intitulada "A cartografia social como ferramenta de garantia e permanência no território" foi apresentada uma contextualização da cartografia social, dando ênfase à importância desse instrumento para os sujeitos sociais.

O TERRITÓRIO E SEUS ASPECTOS CONCEITUAIS ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE

As categorias de análise (Espaço – Território – Região – Lugar - Paisagem) subsidiam os estudos geográficos. Tais categorias assumiram abordagens variadas, sobretudo durante a história do pensamento geográfico, as quais foram e são trabalhadas em diversas perspectivas em consonância com o objeto de estudo traçado no estudo. Nesse estudo deu-se ênfase à discussão acerca do território.

Na concepção de Dourado (2015), a palavra *territorium* (terra) vem do latim e está associada à ideia de apropriação, onde o uso social constitui seu elemento definidor, anunciando a junção de um povo e de uma porção de terra. O uso social relaciona-se às diferentes formas de apropriação da natureza e a valorização do espaço, abrangendo as questões materiais, funcionais, econômicas e dos aspectos simbólicos.

Ainda nas palavras da autora, o espaço é transformado em território mediante a apropriação dos sujeitos sociais. Sendo assim, essa ação se efetua por e a partir das relações que envolvem a dimensão social; a

política; a econômica e a cultural. Deste modo, o processo de apropriação é evidenciado ao passo que um determinado sujeito tende a se apropriar de um espaço.

Com base nessas colocações, o território não existe por si só. É um espaço em que o ser humano está inserido e acaba se apropriando a partir das relações de uso mediante o contato direto com a natureza, exaltando a ocorrência de fenômenos naturais e como os recursos naturais são importantes para manutenção da vida. Assim, o território transcende a subjetividade dos sujeitos sociais ao considerar o seu significado.

Para Haesbaert (2005), o território apresenta duplo sentido: o material e o simbólico, uma vez que etimologicamente encontra-se próximo de *terra-territorium* como de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), isto é, tem relação com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do receio, de modo especial para aqueles que, em virtude desta dominação, ficam vulneráveis a deixar a terra, ou no *territorium* não são autorizados a adentrar. Igualmente, para aqueles que possuem o direito de usufruir, o território inspira causa a identificação (positiva) e a concretização da "apropriação". A definição desse autor chama à atenção de que quando se fala em território, os termos "apropriação" e "dominação" não são similares, pois nem sempre o sujeito social que domina, ao mesmo tempo, se apropria do território e vice-versa.

É evidente que quando se trata de território os termos apropriação e dominação se manifestam. Tais termos demonstram o interesse individual de cada grupo de sujeitos sociais. Obviamente que cada um desses termos assume significados distintos, ao passo que a apropriação está relacionada ao modo de ser, das vivências e reprodução. Por outro lado, a dominação é feita pela utilização do poder com o propósito de controlar um determinado espaço, ou seja, com a dominação o uso acaba sendo restrito e impossibilita o acesso às áreas detentoras de recursos naturais pelos sujeitos sociais. Esta configuração demonstra-se claramente no quilombo pesqueiro do Bongue. O território quilombola delimitado, é mais que um espaço físico que foi garantido a partir da aplicação de uma política pública. O significado território do Bongue, para a pescadora Xira¹(72 anos), fica explícito na sua fala: "- *Esse lugar aqui representa a nossa liberdade*". Essa perspectiva reforça a construção social realizada multidimensionalmente e coletivamente. "- *Aqui é o território da pesca, do quilombo, dos menino na rua e da gente convivendo em paz, sem doença e sem violência*".

De modo geral, por mais diferentes combinações que o território apresente, esta categoria de análise é, antes de tudo, funcional e simbólica, uma vez que se exerce o domínio sobre o espaço para realizar funções e produzir significados. Tanto o funcional quanto o simbólico não se manifesta sozinho, ou seja, no território funcional são identificadas características do território simbólico e vice-versa (HAESBAERT, 2005). No território, o funcional corresponde às funções que o território representa para os sujeitos sociais e, ao mesmo tempo, as funções desses sujeitos para com o território. Já o simbólico remete aos significados atribuídos ao território e as relações aí desenvolvidas em face à dinâmica promovida por essas relações.

Esta configuração é claramente demonstrada na comunidade do Bongue. A pesca artesanal, realizada no Rio São Francisco, é a base econômica das famílias que ali vivem (52%). As demais fontes de renda da comunidade estão relacionadas a serviços públicos (8%), serviços (4%), estes caracterizados por moto taxistas, pedreiros, marceneiros e faxineiras. Os demais componentes da renda se dão por aposentados e pensionistas (36%).

O quilombo é o território de direito, garantido a partir da articulação sociopolítica, e juridicamente constituída pela Portaria nº 91, de 16 de junho de 2011, na qual resolve:

"Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 13 e CERTIFICAR que, conforme as declarações de Autodefinição e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as Comunidades (...) SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO (...) a COMUNIDADE DE BONGUE, localizada no município de ILHAS DAS FLORES/SE, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n.1.519, fl. 135". (Diário Oficial da União, 2011).

Esta garantia territorial da comunidade reforça o processo de autoafirmação e manutenção da cultura local e dos modos de convivência neste território de vida. Os propósitos dos processos de territorialização, isto

1- Para este trabalho, a fim de manter o sigilo e a sua integridade, os nomes das/os informantes foram substituídos por nomes de peixes da região, sugeridos pelas/os mesmas/os.

é, de dominação e apropriação do espaço, apresentam variações ao considerar o tempo e o espaço.

Desse modo, as sociedades tradicionais associavam a construção material do território como amparo e alicerce de recursos dotado de profunda identificação que preenchia o espaço de referentes símbolos essenciais à manutenção da cultura (HAESBAERT, 2005). O arranjo de símbolos com seus respectivos significados e representações pelos sujeitos sociais norteiam a cultura e contribui para permanecê-la “viva” e cada vez mais fortalecida.

Segundo Fuini (2017), a concepção de território parte do princípio da dimensão espacial que se manifesta nos processos de dominação mais concretos, seja pela produção material ou pelos termos jurídicos e políticos. Igualmente, é também um espaço apropriado em termos imateriais no que se refere à produção das questões identitárias, subjetividade e simbolismo com um determinado território. – *“O quilombo além da terra, é um negro forte, alto e bonito, que aparece no axé. O quilombo é a energia da gente”* Bambá, 74 anos.

Ainda nas reflexões do autor acima, o território abrange um viés multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista) e os processos de desterritorialização e reterritorialização à medida que os sujeitos sociais deixam os territórios em que se encontram e adentram em outros territórios, respectivamente. Em alguns casos, os sujeitos sociais são dominados no seu território e acabam se territorializando em outro espaço. Nesta concepção deu-se a formação histórica do território do Bongue. Os trabalhadores de uma fazenda localizada no município vizinho de Brejo Grande, não mais se adaptando ao regime que ainda na década de 1970 reproduzia muitas características do modelo escravagista, *“debandaram-se para Ilha das Flores, pra ocupar as terras e produzir arroz”* (Xira). O contexto do período era o de implantação do pólo de irrigação de Neópolis, o qual tinha na produção do arroz sua principal motivação (CHESF, 2018). *“Mas o nosso arroz era diferente. O arroz quilombola é mais puro, sem veneno”*. Esta forma de produção se dava nas extintas lagoas marginais, que advinham dos intervalos de cheias, anteriores à implantação da barragem de Xingó, em 1992.

Atualmente, a comunidade conta com apenas uma produtora de arroz, a quilombola Cascuda (70 anos). Para ela, a produção do arroz sempre foi a forma de educar os filhos, e hoje é *“a resistência agroecológica frente ao modelo ultrapassado de produção”*. Na fala da quilombola, *“o território é sinal de resistência do povo, da sua organização política e da manutenção de uma tradição. É uma luta que eu carrego”*. Raffestein (1993) enfatiza que o espaço é antecedente do território. Assim, o território resulta dos modos de apropriação de um espaço concreto ou abstrato, no qual o sujeito social “territorializa” o espaço. Com base nessa definição, o poder e o território são termos indissociáveis um do outro e desempenham inter-relações. A fusão entre esses dois termos permite a construção do conceito de território. Mas, no território além das relações de poder desencadeadas, também são identificadas relações de sobrevivência e reprodução, as quais representam o verdadeiro significado para as comunidades quilombolas quando se refere ao tema

Na fala da liderança comunitária Siri (43 anos): *“O nosso território é a garantia da manutenção da vida na comunidade. Entender que o território é a base da população, é a base da pesca, é a base da cultura da comunidade quilombola. Desse jeito, a gente continua com a vida na comunidade, com nossa pesca no São Francisco. Às vezes um vizinho da comunidade quer colocar uma cerca pra gente não acessar o rio, mas a gente se reúne, vai lá e derruba. Isso só acontece por causa dessa vida em comunidade, dessa vida no território”*.

PESCA ARTESANAL: DESAFIOS DE SOBREVIVÊNCIA DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BAIXO SÃO FRANCISCO

O pescador artesanal, segundo Ramalho (2017), “é aquele sujeito sócio histórico, portador de um modo de vida cheio de especificidades simbólicas (costumes, mitos, linguagens) e de uma forma de organização social do trabalho fundada no sistema de parceria/companha, onde o uso de técnicas e tecnologias patrimoniais, com base num conhecimento sofisticado sobre os ciclos, tipos e hábitos dos pescados somados às suas habilidades náuticas é a marca”. Desta forma, gerações de pescadores e pescadoras mantêm famílias e comunidades, através de costumes e tradições, mas em sua maioria, pressionados por conflitos socioambientais.

Considerar a importância da pesca artesanal como fonte geradora de alimentos é essencial para a discussão do papel socioambiental e socioeconômico da pesca, o que leva a discutir as consequências de condições de trabalho e sobre-exploração dos recursos pesqueiros sobre as comunidades, que interfere na sua reprodução social e cultural.

Sempre caracterizada como uma atividade atrasada, a pesca em pequena escala apresenta experiências economicamente viáveis, desejáveis nos âmbitos sociais e ecologicamente ativas em relação à conservação e preservação de estoques e à sustentabilidade. Comunidades de pescadores artesanais reinventam este território, através das plantações, do uso das lagoas marginais, conduzindo à manutenção de valores, atitudes, modos de lidar com a difícil e excludente realidade, fatores estes que mesclados, compõem as identidades.

Na comunidade Bongue, as particularidades são gritantes. Trata-se de uma comunidade quilombola, com sua economia baseada na pesca artesanal, situada num bairro (quilombo urbano) de uma pequena cidade do interior do estado de Sergipe. O município de Ilha das Flores apresenta uma população estimada de 8.348 habitantes (IBGE, 2021). Dados do IBGE (2021) informam que, em 2018, a renda média mensal era de 1.8 salários-mínimos por habitante, sendo a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 54 de 75 e 64 de 75, respectivamente.

Temos então um quilombo pesqueiro urbano, onde 52% de seus moradores (aproximadamente 350 pessoas) declaram que a renda principal é oriunda da pesca. Os demais, apesar de possuírem renda de outras fontes, declaram que tem na atividade pesqueira a segunda opção de renda, além de fonte de aquisição de alimentos.

As particularidades do ambiente pesqueiro são essenciais à manutenção do território. A sua relação “imbrica aspectos ecológicos, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, fundamentalmente ligados às bases materiais e simbólicas” (TORRES, 2015).

O trabalho tradicional, na pesca, remete a um poder sobre a natureza. Na verdade, este poder nada mais é que uma íntima relação com as águas e suas dinâmicas, o clima e suas variações, além da relação com a terra no plantio, como atividade complementar à renda. Esta relação ambiental gera um conhecimento adquirido, caracterizado como saber tradicional, ou conhecimento ecológico tradicional (BEGOSSI, 2006). O conhecimento tradicional não se restringe aos organismos, mas inclui percepções e explicações sobre a paisagem e a geomorfologia, além da relação direta entre os diferentes seres vivos com o ambiente físico (ALBUQUERQUE; ALVES, 2014).

Desta forma, os habitantes de um determinado território criam valores vinculados a este espaço, que agora não se trata de um simples espaço, mas de um espaço constituído por esse sujeito, que comunica suas intenções e intervém categoricamente na realidade material e imaterial (SANTOS, 2015), enraizando a relação nos contextos social, econômico e ambiental. – “*O rio é um ser vivo, um santo vivo. Se não fosse esse rio a nossa comunidade não sobreviveria*” (Xira).

A atividade da pesca artesanal atua como vetor de manutenção deste patrimônio material e imaterial. A pesca não precisa apresentar-se como atividade exclusiva da comunidade, sendo importante à lógica que a sustenta: o ambiente natural e o acesso a ele; o domínio das práticas e o conhecimento, isto é, o saber fazer. Desse modo, o conhecimento tradicional dos pescadores sobre o ambiente, a fauna e a flora locais, faz com que estes escolham o método mais apropriado à pesca, à época e às suas necessidades (ALMEIDA; CANHETE, 2015). Em outras palavras, o relato de Piau demonstra essa afirmação: – “*O fazendeiro botou cerca no rio e a gente foi lá e derrubou. Como uma pessoa que não é da comunidade, ele não pode impedir o nosso meio de vida*”.

No atual cenário, as diversas transformações ocorridas nesse ambiente “impactam diretamente a dinâmica local das comunidades, por isso a relevância do debate acerca das questões que acirram os conflitos no cotidiano das (comunidades) pescadoras para se pensar em medidas que venham minimizar essas tensões” (SANTOS; SOUZA, 2019).

Para Barbosa et al (2018), a ictiofauna da bacia do rio São Francisco é composta por 32 famílias, 110 gêneros e 241 espécies, pertencentes a sete ordens: Clupeiformes, Characiformes, Siluriformes, Gymnotiformes, Cypriniformes, Synbranchiformes e Perciformes. A distribuição das famílias, gêneros e espécies, nesta ordem, destaca as ordens de Characiformes, com 13 famílias, 44 gêneros e 77 espécies, e a ordem Siluriformes, com as 10 famílias, 47 gêneros e 85 espécies, pelas maiores diversidade desses táxons, demonstrando alta capacidade de dispersão e especiação nesses grupos. Os mesmos autores concluíram que, entre as espécies nativas da bacia, várias espécies são importantes para alimentação humana e, portanto, pesadamente pescadas, destacando-se: curimatãs (*Prochilodus spp.*), Dourado (*Salminus franciscanus*), mandi-amarelo (*Pimelodus maculatus*), mandi-açu (*Duopalatinus emarginatus*), piaus (*Leporinus spp.*) e (*Schizodon knerii*), traíras (*Hoplias spp.*). Os relatos dos pescadores demonstram que as espécies mais pescadas são a corvina (popularmente chamada de xira), o robalo e o piau, em ordem de importância e relatos de captura (66%, 22% e 12%, respectivamente).

A atividade pesqueira na região do Baixo São Francisco relaciona-se com a baixa produtividade pesqueira, a captura (incidental ou não) de espécies cuja pesca é proibida ou controlada e a grande dificuldade de monitoramento e regulamentação da pesca. "- *O seguro defeso é importante, mas é um vício. O que mais tem é pescador fantasma*" (Piau).

A região sofre com o ciclo indefinido da vazão, devido à barragem de Xingó, o que afeta o comportamento migratório dos peixes. As razões apontadas para o declínio da pesca são: poluição (esgotos domésticos sem tratamento); agrotóxicos (devido ao Pólo de Irrigação de Neópolis); o desmatamento das matas ciliares. Aliados a anos de falta de investimento em infraestrutura e saneamento básico nas cidades ribeirinhas.

Fazem-se necessários então, constantes e aprofundados estudos sobre a dinâmica da manutenção dos territórios e identidades pesqueiras, considerando não somente sua tradicionalidade, mas os conflitos que as permeiam.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O misto das experiências de trabalho, relações sociais, ambientais e espirituais são descritas por Diegues (2001), no que se refere à relação de apego ao lugar. Para este autor, conhecer as potencialidades do lugar personaliza cada recurso, cada pé de planta, como se percebesse uma vida em cada um. Corroborando com este pressuposto, Dourado (2015), afirma que "a identidade reafirma o sentido de pertencer a algo, no qual o sujeito está inserido". Desta forma, a identidade é construída e afirmada nas relações com o lugar e as pessoas do lugar, suas dinâmicas de trabalho e cultura, e suas relações com o ambiente. "Além da tradição e das raízes, ela pode favorecer a criação de estratégias futuras e possibilitar a criação de projetos e ações pelos sujeitos dentro de determinado contexto social" (DOURADO, 2015, p.51).

Nesse contexto de construção, desconstrução e reafirmação das identidades, em que se apresentam as comunidades tradicionais pesqueiras, faz-se mister destacar os povos quilombolas do Baixo São Francisco. Discutir a questão agrária e étnico-racial é discutir a formação do povo brasileiro, através dos seus diversos processos políticos, sociais, culturais e econômicos resultantes, constituindo as particularidades da questão social.

A manutenção da cultura da pesca no Baixo São Francisco atravessa a cultura negra. Festejos, comemorações religiosas, comidas e sua historicidade tornam esta região culturalmente diferenciada (Figura 04). O maracatu, a colheita do arroz, os saudosos paturis e peixes das lagoas marginais construíram um povo que se identifica com o rio e com sua antiga abundância de recursos.

Figura 04: Caminhada em celebração ao Dia da Consciência Negra, no Quilombo Bongue, Ilha das Flores/SE.



Foto: Oliveira (2021)

O termo quilombola é uma adequação do termo utilizado na África Central para acampamentos improvisados. No século XVII, o termo também era associado aos guerreiros imbangalas e seus rituais de iniciação. Nas Américas, existem diversos outros termos para estas modalidades de agrupamentos humanos, como os *marrons*, nos países de colonização inglesa; *cumbes*, na Venezuela; *palenques* na Colômbia e *bush negroes* no Suriname e Guiana Francesa (GOMES, 2015). Freyre (1933-2003) foi um dos primeiros autores brasileiros a difundir o termo quilombos.

Para os moradores, o termo ganha duplo sentido. O quilombo é entendido como associação de moradores: “- *O quilombo é importante, porque trouxe cestas básicas*” (Xira); mas também como território de vida da comunidade: “- *É aqui que a gente mora, pesca, trabalha. É aqui o nosso lugar*” (Dourado, 60 anos).

O estado de Sergipe possui uma grande diversidade de comunidades reconhecidas a partir de suas linhagens afrodescendentes, totalizando 31 comunidades (FUNDAÇÃO PALMARES, 2021). Logo, faz-se urgente e necessário que estas comunidades sejam ainda mais assistidas com políticas públicas adequadas, em especial à garantia dos seus modos de vida tradicionais nos seus territórios.

As comunidades quilombolas habitam, em sua maioria, as áreas rurais, e logo, permanecem invisibilizadas, no seu cotidiano de vida e trabalho. Arroyo (2012), afirma que “a forma mais brutal de acabar com a cultura, os valores e os saberes indígenas ou as identidades e os saberes negros foi deixá-los numa espécie de vazio, sem chão, sem terra”. Em concordância com este autor, as culturas, identidades e valores estão ligados à terra (meios de produção) e ao território (espaço social). Desterritorializar é desenraizar, “desaculturar” e “desafirmar”.

“- *Eu tenho pra mim que o Baixo São Francisco é um quilombo só. Os negros foram se escondendo nessa região, nas matas, nas lagoas*”. (Piau)

Aquilombar-se é o termo sugerido por Souza (2008), que explica as ações contínuas de organização destas comunidades e que demandam ações de luta ao longo de gerações para que esses sujeitos tenham o direito fundamental a resistirem e existirem com seus usos e costumes.

Santos (2005) afirma que o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Saquet (2006), por sua vez, afirma que a relação com o território é “um retorno a si mesmo, sem sair de si, na relação entre indivíduos que vivem, sentem, percebem, compreendem”. Essa quebra nas relações socioambientais é percebida em toda a bacia do São Francisco.

Haesbaert (2011) afirma que “não faltam processos que enfatizam uma base material a começar pelas questões ecológicas (desflorestamento, erosão, poluição, efeito estufa) e de acesso a novos recursos naturais (como os ligados à biodiversidade)” nas disputas territoriais. Desterritorializar-se é, também, um processo

causado pela intromissão de agentes externos e traz como resultado a reinvenção e reafirmação das relações e das identidades. Ribeiro (2017) afirma que é natural das comunidades tradicionais a capacidade de se transformar, readaptar, “e que é em meio aos conflitos sociais, lutas, associações estratégicas (...) que as identidades étnicas são formadas, reafirmadas, reinventadas”.

Para Santos e Rocha (2016), “reconhecer-se enquanto quilombola não é algo simples. Há uma mudança na vida das comunidades por inteiro, com disputas travadas em vários sentidos”. Novas territorialidades requerem novas relações, e estas novas relações nas comunidades, por vezes, interferem em novos comandos, novos desenhos das estruturas sociais.

A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE GARANTIA E MANUTENÇÃO DO TERRITÓRIO

A história remonta que os mapas são intrinsecamente conectados ao período de ascensão dos Estados nacionais e ao estabelecimento do sistema de colônias, partindo da premissa de que mapear nada mais era que controlar territórios, designar identidades e reconhecer novos domínios, além da força hegemônica exercida nos territórios das comunidades (ASSIS, 2020). Esse pensamento coloca em evidência o poder que o Estado apresentava de dominação dos territórios para satisfazer suas necessidades e aumentar a subordinação das comunidades para com o Estado, fazendo uso da cartografia tradicional para a confecção dos mapas.

Os diferentes tipos de mapas buscam representar um determinado fenômeno e, portanto, o que é representado em cada mapa se diferencia um do outro em relação a alguns aspectos, a saber: contexto, propósito, leitura, discurso e deixa evidentes as percepções e objetivos de quem os elaboram (MASCARELLO; SANTOS, BARBOSA, 2018).

Tais aspectos podem fazer com que os leitores concordem ou discordem em partes do autor que confeccionou o mapa, já que os aspectos, quando observados de maneira individual, podem apresentar distintas interpretações acerca do fenômeno abordado no mapa, pois a leitura está atrelada a subjetividade de cada um. Diante disso, a cartografia tradicional desempenha relações intrínsecas com a cartografia social.

Diante dessa abordagem, é importante destacar as diferenças existentes entre a Cartografia Tradicional e a Cartografia Social, onde ambas procuram representar uma porção do espaço, mas com métodos diferentes (Tabela 1).

Tabela 1 – Diferenças entre a cartografia tradicional e a cartografia

Cartografia Tradicional	Cartografia Social
Instrumento monopolizado pelo Estado e outras organizações de cunho internacional de controle	Instrumento de resgate, reforço e fortalecimento dos aspectos identitários
Empregada como forma estratégica de dominação do território, poder e controle social	Processo de construção da representação do território protagonizado pelas comunidades quilombolas através dos depoimentos
Preocupação apenas em localizar pontos e entender os conceitos atribuídos aos elementos cartográficos	Preocupação em fortalecer os aspectos identitários e culturais das comunidades e a organização do território
Utilização de softwares	Forma manual de confecção
A representação é feita de modo individual	A representação é feita de modo coletivo
O produto final da representação (mapa) é carregado de um discurso distante de ser imparcial	Retrato mais verdadeiro da comunidade, valorizando os diferentes olhares e leituras daqueles que, de fato, compreendem a realidade em que estão inseridas

Fonte: Adaptado de Ranck e Bruckmann, 2017.

Organização: Gênisson Lima de Almeida, 2021.

É nesse contexto que Ranck e Bruckmann (2017), afirmam que a cartografia social decorre na contramão da cartografia tradicional, pois é uma nova forma de representar o espaço com o propósito de enumerar os elementos capazes de evidenciar os fenômenos sociais, culturais, identitários, ambientais e econômicos que são observados pelas comunidades, onde expressam a amplitude de símbolos e significados de cada elemento presente no território. Nesse contexto, esse arcabouço de características denota que, na prática, se distanciam do objeto da cartografia tradicional. De modo mais abrangente, o produto final resultante do mapeamento participativo contempla as dimensões social, econômica, cultural e ambiental mediante o olhar coletivo dos sujeitos sociais, diferentemente da cartografia tradicional.

A produção do etnomapa na comunidade (Figura 2) trouxe grandes dificuldades, dado o atual período de pandemia e a não possibilidade de realização de reuniões com maior número de pessoas. As oficinas de desenho dos mapas e a construção das legendas não aconteceram, mas as problematizações acerca dos temas: territórios; pesca artesanal; ameaças; fortalezas; oportunidades; meio ambiente e agricultura foram discutidos com os representantes da comunidade e trazidos na forma de relatos.

Figura 2: Etnomapa da Comunidade Quilombola Bongue



Organização: Silva (2021)

A cartografia social vem se materializando ao longo dos últimos anos como instrumento de ação no que se refere às questões socioambientais, através do reconhecimento e da construção do conhecimento, sobretudo dos territórios das comunidades. Esse tipo de mapeamento é comumente utilizado pelas comunidades quilombolas ou tradicionais (NETO; PAULINO; RIBEIRO, 2016). Assim, tal metodologia contempla as dimensões social, cultural, econômica e ambiental a partir do volume de informações representadas nos mapas pelos sujeitos sociais.

Com base nessas afirmações, o mapeamento trouxe as seguintes discussões:

- Conquista do território:

“- A luta pra conquistar o território não foi fácil. Muitos aqui não botavam fé na associação quilombola, e a luta demorou. Tivemos apoio da igreja, da prefeitura, mas muitos não acreditavam que o território ia ser nosso” (Piau, 46 anos).

- “É uma luta. A gente sabe que os grandes querem o território, pra fazer condomínio, fazer resort. Mas aqui é uma comunidade já instalada, a gente não perde o território, mas as ameaças são grandes”. (Peba, 52 anos).

A representação por meio do mapeamento social permite a visibilidade dos conflitos evidenciados no território como forma de representá-la e fazer com que as comunidades locais possam lutar em prol de seus direitos e permanecer ali (SILVA; GONÇALVES, 2019). A luta constante dessas comunidades contribui para o fortalecimento dos aspectos identitários e culturais. E o mapeamento do território para expandir os impasses enfrentados pelas comunidades para outras escalas não ficando restrita apenas à escala local.

A importância da cartografia social:

“- É a primeira vez que fazem um mapa desse aqui no Bongue” (Siri).

Segundo Costa et al.,(2016), a cartografia social, em um mesmo grupo social, apresenta a capacidade de confeccionar diferentes mapas em diferentes épocas históricas sobre um determinado território. Os mapas são dotados de dinamicidade e as constantes lutas dos movimentos sociais seguem essa dinâmica. Novos desafios são revelados pelas comunidades e, assim, os mapas passam pelo processo de construção e reconstrução. Portanto, os sujeitos sociais são protagonistas da sua própria vivência.

O ato de mapear não se restringe apenas ao produto gerado pela utilização de *softwares* e realização do mapeamento participativo (COSTA et al.,2016). Uma descrição dos aspectos territoriais por meio da discussão e diálogo faz com que os sujeitos sociais caracterizem a experiência de vida, com sua própria linguagem, sua forma de enxergar o mundo e a realidade. Embora todos os sujeitos sociais estejam inseridos nas relações e dinâmica do território, os significados atribuídos aos elementos é algo subjetivo, portanto, a tendência é que se tenha um maior número de denominações/interpretação atribuídas para estes elementos. Assim, tem-se uma diversidade de interpretações e seus significados, considerando a subjetividade de cada sujeito social a partir dos saberes tradicionais que possuem.

A história da comunidade:

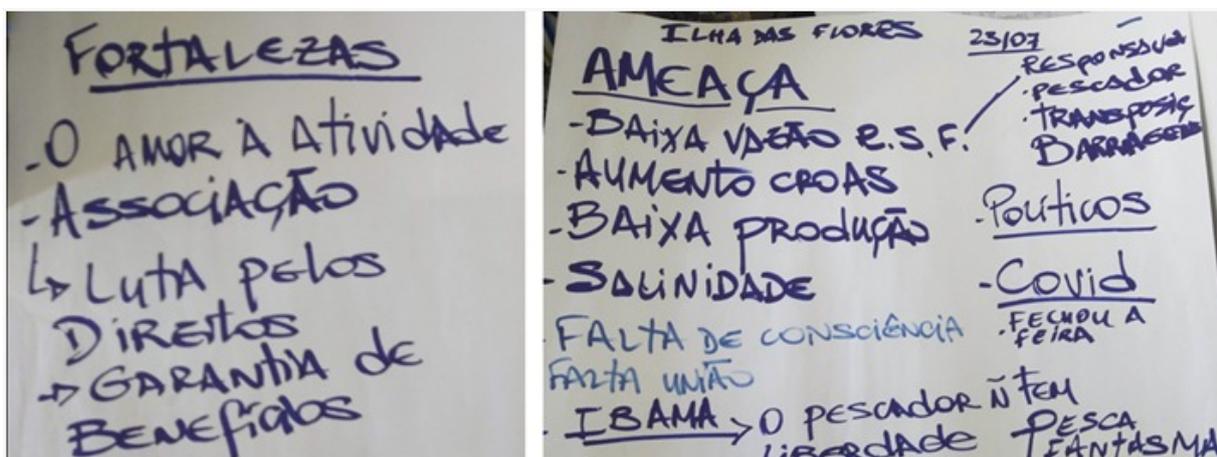
- “A história do nosso povo pode ser contada por um mapa. Podíamos fazer e vamos fazer um mapa que mostre o antes e o depois, como era o rio e como tá hoje” (Piau).

Assim, o território quilombola sempre foi e é alvo dos distintos interesses daqueles que se intitulam “superiores” àqueles que, ao longo do tempo, teve a luta como principal forma de resistência e permanência no território, se reproduzindo através do usufruto dos recursos naturais e também produzindo cultura.

Em meio às disputas existentes no território, o mapeamento participativo traz à tona as áreas em que são desenvolvidas as práticas extrativistas, bem como as tramas por meio das relações desencadeadas pelos sujeitos sociais e os impasses enfrentados por tais sujeitos. Igualmente, é um instrumento de identificação e caracterização dos conflitos territoriais e de que forma se manifestam, podendo atingir patamares maiores pelos diferentes usos do território.

Os principais itens levantados no mapeamento participativo são descritos na figura 3:

Figura 3: Levantamento de Oportunidades e Gargalos da comunidade



Fonte: Oliveira (2021)

Todo o conhecimento inferido pelos sujeitos sociais na construção do mapa do seu território constitui uma forma de luta e resistência a partir das diferentes “vozes coletivas” que soam como sinal de visibilidade. É o momento de partilha dos saberes tradicionais, mas também de mostrar toda a força que possuem para garantir as suas permanências e usufruto dos recursos naturais.

Diante do exposto, a aplicação da cartografia social nas comunidades ganha cada vez mais espaço pela riqueza de detalhes que o etnomapeamento revela e denota a importância dos saberes tradicionais nas relações cotidianas e nas práticas extrativistas, assim como também para externar a realidade vivenciada pelos sujeitos sociais.

CONCLUSÕES

A bacia do rio São Francisco tem passado por diversas alterações nos últimos cinquenta anos. Barragens, hidroelétricas, adutoras e transposição são exemplos das obras que acumulam e retiram águas do rio.

A redução das áreas de pesca por outras atividades, tem sido comprovada na região. O aumento da poluição do rio, o desmatamento das matas ciliares, a grande descarga de esgotos e a baixa vazão de suas águas, devido ao represamento da hidroelétrica de Xingó, têm causado assoreamento, formação de bancos de areia, destruição de habitats importantes como as lagoas marginais têm tido efeitos, muitas vezes devastadores sobre as atividades pesqueiras artesanais.

A atividade hoje agrega muitas pessoas, mas gera pouca renda. Isto se dá, em especial, às garantias de seguridade social atreladas à profissão, em especial o seguro defeso.

Os conflitos socioambientais na região são oriundos das relações com pecuaristas, na privatização das margens dos rios e de suas lagoas marginais. As disputas vão além dos estoques pesqueiros, já que a água é o recurso de mais abundância. Corroborando com De Paula (2018), os conflitos seguem três premissas básicas: a primeira está centrada em impactos ambientais provocados por outras atividades econômicas que levam à extinção de territórios tradicionais de pesca; a segunda apresenta um quadro de disputas no território, onde se evidenciam relações de apropriação e por fim, a terceira evidencia a situação de conflitos por território, onde indivíduos de outras atividades econômicas buscam o domínio do território apropriado pelas comunidades de pescadores artesanais.

A afirmação da identidade quilombola na área de estudo dá-se através da manutenção das atividades socioculturais, como as manifestações carnavalescas e religiosas. Sugere-se um forte trabalho de associativismo e manutenção cultural, uma vez que o termo quilombo é confundido com a associação quilombola e com a herança cultural presente.

A pesca artesanal nesta comunidade atua como vetor econômico, e deve ser valorizada, a fim de que esta alimente não apenas a economia local, mas também a sua cultura, reforçando os processos de reterritorialização e de dupla afirmação identitária: a identidade pesqueira enquanto categoria de trabalho e a identidade quilombola enquanto categoria ancestral.

REFERÊNCIAS

- ACSERALD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSERALD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, Instituto de pesquisa e planejamento urbano e regional, p. 13-43, 2008.
- ALBUQUERQUE, U. P.; ALVES, A. G. C. **O que é Etnobiologia?** In: ALBUQUERQUE, U. P. Introdução à Etnobiologia. Recife: NUPPEA, 2014.
- ALMEIDA, N. de J. R.; CAÑETE, R. V. Recursos naturais e cotidiano: população ribeirinha e a gestão da RDS Alcobaça – UHE Tucuruí/PA. *Tessituras, Pelotas*, v. 3, n. 1, p. 191-207, jan./jun. 2015.

- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ASSIS, W. F. T. Pode o subalterno mapear e incidir no planejamento regional? Conflitos territoriais e disputas cartográficas no ordenamento fundiário do oeste do Pará. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 22, p. 1-25, 2020.
- BARBOSA, J.M. et al. **Perfil da ictiofauna da bacia do rio São Francisco**. Acta Fish, v. 5, n. 1, p. 70-90, 2017.
- BEGOSSI, A. **Métodos e análises em ecologia de pescadores**. Dimensões humanas da biodiversidade, I. Garay e B. K. Becker (eds.), Ed. Vozes, Petrópolis, R.J, pp. 299-313, 2006.
- CASALI, J. P.; GONÇALVES, J. P. **Pós-estruturalismo: algumas considerações sobre esse movimento do pensamento**. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão - REDD. Vol. 10, nº 2, 2018.
- CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco. **CHESF: 70 Anos de História**. Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. 2018.
- COSTA, N. O. da.; GORAYEB, A.; PAULINO, P. R. O.; SALES, L. B.; SILVA, E. V. da. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **Revista ACTA Geográfica**. Boa Vista, Edição Especial, V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental e Gestão Territorial. Fortaleza-CE, p. 73-86, 2016.
- DE PAULA, Cristiano Quaresma. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n.41, p. 79 - 106, set./dez. 2018.
- DIEGUES, A. C. S. **Ecologia humana e planejamento costeiro**. 2. ed. NUPAUB-USP, São Paulo, Brasil, 2001.
- DOURADO, A. M. Caminhos e encontros com o território. In: VARGAS, M. A. M.; DOURADO, A. M.; SANTOS, R. H. dos. (Orgs.). **Práticas e vivências com a Geografia Cultural**. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, p. 25-66, 2015.
- FREYRE, G. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 481 ed. rev. São Paulo: Global, 2003 (1933).
- FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Revista Geografia, Ensino & Pesquisa**. v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.
- FUNDAÇÃO PALMARES. Comunidades Remanescentes de Quilombos. Disponível em: <<https://www.palmars.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-se-15062021.pdf>> Acessado em 10/12/2021.
- GOMES. F. dos S. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1 ed. São Paulo. Claro Enigma, 2015.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais**. X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 19p, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acessado em 30/11/2021.
- LANDIM NETO, Francisco Otávio; SILVA, Edson Vicente da; COSTA, Nátane Oliveira da. Cartografia social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE. v. 18, n. 2, p. 56-70, Set.2016.
- MASCARELLO, M. de A.; SANTOS, C. F. dos; BARBOSA, A. L. de O. Mapas...Por quê? Por quem? Para quem? **Revista Movimentos Sociais & Dinâmicas Espaciais**. Recife, v. 7, n. 1, p. 126-141, 2018.
- NETO, F. O. L.; PAULINO, P. R. O.; RIBEIRO, A. M. M. A cartografia social como instrumento de espacialização dos conflitos territoriais no campo: o caso da região da chapada – Apodi/RN. **Revista Ambiente & Educação**. v. 21, n. 2, p. 60-71, 2016.
- RAFFESTEIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

- RAMALHO, C. W. N. **Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima**. São Cristóvão: Editora UFS; Campinas, Ceres – UNICAMP, 2017. 428 p.
- RANCK, L.; BRUCKMANN, R. Cartografia social como abordagem metodológica no ensino da cartografia no ensino médio. In: FERRETTI, Orlando (org.). **Artigos da disciplina estágio curricular supervisionado em geografia II: primeiro semestre de 2017**. Florianópolis: NEPEGeo; UFSC, 2017/1.
- SANTOS, D. dos. Cartografia social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. **Revista InterEspaço – Geografia e Interdisciplinaridade**. v. 2, n. 6, p. 273-293, 2016.
- SANTOS, M. O retorno do território. En: OSAL: **Observatório Social de América Latina**. Año 6 n. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SANTOS, J. P. de O.; ROCHA, J. C. de S. da. **Helvécia, Nova Viçosa-BA: conflitos e territorialidades**. In Direito, sustentabilidade ambiental e grupos vulneráveis. Júlio César de Sá da Rocha (org.) Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2016.
- SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- SIEBER, Shana Sampaio; ALBUQUERQUE, Ulisses Paulino. Métodos participativos da pesquisa etnobiológica. In **Métodos e Técnicas da Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Organizadores: Ulisses Paulino Albuquerque, Reinaldo Farias Paiva Lucena, Luiz Vital Fernandes Cruz da Cunha. Recife: NUPPEA, 2010.
- SILVA, C. N. da.; VERBICARO, C. C. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Revista Scientia Plena**. v. 12, n. 6, p. 1-12, 2016.
- SILVA, G. C. da.; GONCALVES, C. U. Análise da cartografia social na autorrepresentação das comunidades tradicionais e o conflito do desenvolvimento. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 36, n. 2, 194-204p, 2019.
- SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. 2008.
- TORRES, A. T. G.; VIANNA, P. C. G. **Hidroterritórios: a influência dos recursos hídricos nos territórios do semiárido nordestino**. Terra Livre. Dourados/MS, Ano 24, v. 2, n. 31 p. 145-162 Jul-Dez/2008.